

Informação nº 27/2013

Processo nº: 24.070/2012
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde
Assunto: Representação
Ementa: Representação. Análise. Serviços de Neonatologia. HRSM.
Representação. Admissibilidade.

Senhor Secretário,

Cuidam os autos da Representação nº 37/2012 – CF, subscrita pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do Ministério Público junto a esta Corte, acerca da terceirização dos serviços de neonatologia do Centro Obstétrico do Hospital Regional de Santa Maria - HRSM (fls. 2/3).

2. Mediante a Informação nº 5/2013 (fls. 122/134) esta Unidade procedeu a exame das alegações prestadas pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF em cumprimento ao Despacho Singular nº 891/2012.
3. Posteriormente, o nobre Relator determinou a juntada aos autos do Ofício nº 022/2012-CF, oriundo do MPjTCDF, que requereu urgência na tramitação do feito (fl.135).
4. Sobreveio, então, o Despacho Singular nº 094/2013-CRR, que determinou a remessa do feito ao MPjTCDF (fl. 138). O órgão ministerial se pronunciou mediante o Parecer nº 0152-2013-CF (fls. 139/141 e anexos, fls. 142/156).
5. Encontravam-se os autos no Gabinete do Exmo. Sr. Relator quando a empresa Clínica de Medicina Intensiva Exitus encaminhou ao Tribunal os documentos de fls. 158/162. Tal fato ensejou pedido de devolução do feito a esta Unidade, para juntada e exame das referidas peças (fl. 157).

Rubrica

Fls.: 167
Proc: 24.070/12

DA DOCUMENTAÇÃO

6. A Clínica Exitus, que já se manifestara anteriormente no feito¹, suscita irregularidades nos procedimentos com vistas à contratação de serviços de neonatologia do Hospital Regional de Santa Maria, objeto destes autos.
7. Segundo a empresa, a SES informa, no processo de contratação emergencial, a existência de certame regular para a contratação de médicos pediatras/neonatalogistas para sala de parto do HRSM. Contudo, referido processo (nº 060.011.334/2011) tem como objeto a contratação de empresa para a gestão e operação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, conforme respectivo Termo de Referência.
8. Acrescenta que solicitou formalmente vistas e cópias do citado processo. Contudo, não obteve êxito, pois o atendimento do pedido tem sido protelado pela SES/DF.
9. Assim, aponta que tais procedimentos teriam por finalidade manter indefinidamente o contrato emergencial ora em vigência.
10. Por fim, solicita que este Tribunal determine liminarmente à SES/DF as seguintes providências:

“1 – informe a esta empresa (Exitus Ltda) e a esse Tribunal a existência ou não de processo REGULAR para contratação de médicos especializados para atuação em sala de parto e, caso o processo exista, também forneça cópias à empresa.

2 – Forneça vistas e cópias do processo nº 060.011.334/2011 à Clínica de Medicina Intensiva Exitus Ltda no prazo de três (3) dias úteis.” (fl. 159).

ANÁLISE

¹ Fls. 4, 30/32, 117/119.

11. A peça em questão, intitulada Representação, deve sofrer o devido exame de admissibilidade, nos termos da Emenda Regimental nº 35/2012, que estabeleceu nova redação para o art. 195 do RI/TCDF.

12. Nos §§ seguintes, verifica-se o atendimento dos incisos I a IV do § 1º do citado dispositivo.

Inciso I - caracterização circunstanciada da situação

13. A Representação menciona que a Secretaria informa a tramitação de processo para a contratação de médicos pediatras/neonatalogistas. Contudo, a informação não seria verídica, pois os autos mencionados pela SES/DF (nº 060.011334/2011) tratam da contratação de empresa para o gerenciamento de UTI e não abrangem a contratação de médicos.

14. Não obstante eventual falha da Secretaria, não há, a rigor, nenhuma ilegalidade apontada pela empresa.

15. As dúvidas porventura restantes podem ser esclarecidas pela Representante junto à Jurisdicionada.

16. Quanto à obtenção de cópias do processo em curso na SES/DF, foram encaminhadas pela empresa as solicitações nesse sentido (fls. 161/162).

17. O não atendimento dos pedidos vai de encontro ao princípio da publicidade, insculpido no art. 37 da Carta Magna e reproduzido no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Inciso II - ser redigida em linguagem clara e objetiva

18. Consideramos atendido o requisito, conforme §§ 6 a 10 supra.

Inciso III – estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido

19. Há indícios de descumprimento do princípio da publicidade, conforme apontado nos §§ 16 e 17 supra.

Inciso IV – enquadramento da matéria nas competências do Tribunal

20. Como se trata de possível descumprimento da Lei nº 8.666/93, a matéria é de competência desta Corte, nos termos do art. 1132 da citada norma.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

21. De acordo com os incisos I a IV do § 1º do art. 195 do RI/TCDF, a Representação deve ser conhecida, pois atende, quanto a uma das irregularidades suscitadas (possível descumprimento do princípio da publicidade), os dispositivos aplicáveis.

22. Note-se que a empresa requer decisão liminar desta Corte, no tocante ao fornecimento de cópia do Processo nº 060.011.334/2011. Tal pedido deve ser submetido ao descortino do Exmo. Sr. Relator.

23. Por fim, destacamos que a Representação em exame não interfere nas Sugestões ofertadas às fls. 133/134.

24. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Sr. Relator, Conselheiro Renato Rainha, para a adoção das seguintes medidas:

- I. conhecer da Representação formulada pela Clínica de Medicina Intensiva Exitus;
- II. deliberar acerca:

2 Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

Rubrica

Fls.: 167
Proc: 24.070/12

- a. da Informação nº 5/2013;
- b. do pedido liminar formulado pela empresa citada no Item I supra, no que se refere ao fornecimento de cópias do Processo nº 060.011.334/2011 pela Secretaria de Estado de Saúde.

À elevada consideração de V. Sa.

2ª Divisão de Acompanhamento, de fevereiro de 2013.

Marcos Aurélio dos Santos
Diretor